

AGENDA SETTING E EDUCAÇÃO SUPERIOR: o sistema de cotas na Folha de S.Paulo¹

Paula Rafael Gonzalez VALELONGO²

Universidade de Sorocaba - Uniso, Sorocaba, SP

Resumo: Este artigo teve o objetivo de analisar como o sistema de cotas é apresentado pela Folha de S.Paulo. As cotas foram instituídas para garantir o acesso à educação superior dos que historicamente estavam fora dela: os pretos, pardos, indígenas e estudantes de escola pública. Para entender como elas são apresentadas pela Folha, foram utilizados editoriais e artigos veiculados na versão impressa do jornal em 2012 e 2013; e como métodos para as análises, a Análise do Discurso e a Análise do Discurso Crítica. A teoria do agenda setting, de McCombs and Shaw, foi usada para compreender como se dá a seleção dos temas e seu objetivo. Pelos textos, a Folha mostra as cotas como uma “ameaça”, “afronta ao mérito”, “exagero populista”, “movimento importado dos Estados Unidos”. Ela diz ser “favorável” à adoção do critério social como seleção, e não racial, o que considera um “retrocesso histórico”.

Palavras-chave: acesso à educação superior; cotas; agenda setting; Folha de S.Paulo; análise do discurso.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestra em Educação pela Universidade de Sorocaba – Uniso. E-mail: paulargvalelongo@hotmail.com

Introdução

Com a educação sendo cada mais debatida no cenário atual, principalmente quando se refere ao acesso e às cotas, garantidas pela Lei n.12.711, e muitos desses debates estarem sendo veiculados nas mídias, surgiu o interesse em entender como tais temas são apresentados pela *Folha de S.Paulo*, jornal de prestígio no país. Para isso, foram coletados os editoriais e os artigos de opinião da Folha, veiculados nos anos de 2012 e 2013, versão impressa e edição São Paulo, pelos quais foi possível identificar a posição da Folha sobre o tema, além de perceber quão controversa ela é quando comparada à sua missão. Os 19³ textos coletados permitiram verificar o que a imprensa escolheu para falar sobre as cotas, que vão contribuir para a formação da opinião pública, e são eles: os (possíveis) problemas vindos com as cotas, as principais preocupações e o caráter negativo do sistema e da inclusão, desconsiderando, assim, outros temas e também o porquê das cotas.

Este artigo é resultado da dissertação intitulada “O acesso à educação superior no discurso da mídia: o sistema de cotas”, defendida no mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso), em 2015, e está dividido em cinco capítulos: o primeiro contextualiza a educação superior no cenário atual e apresenta as ações afirmativas; o segundo, os mitos relacionados às cotas; no terceiro, fala-se da atividade jornalística, a teoria do *agenda setting* e o periódico pesquisado; o quarto apresenta o método aplicado às análises dos textos, e o quinto, os resultados obtidos e as considerações finais.

Para compreender o cenário no qual a educação e o sistema de cotas atualmente se inserem, buscou-se, em Catani (2014), Cunha (2007), Dias Sobrinho (2005, 2010), Goergen (2005, 2013), entre outros autores, o entendimento da educação e o papel do sistema de cotas, necessário para contextualizar a produção de tais textos. Para entender a atividade jornalística, seus gêneros e a teoria do *agenda setting*, foram consultados Melo (2003), Traquina (2005) e McCombs & Shaw (1972); e para o método utilizado, Eni Orlandi (1987 e 1994), Norman Fairclough (2001), Viviane Ramalho e Viviane Resende (2014).

Educação Superior: do direito previsto ao acesso “garantido”

Um dos assuntos mais debatidos em relação à educação superior (ES) atualmente diz respeito ao acesso a ela e aos meios de ingresso, a saber: as ações afirmativas (AA) -

³ Os 19 textos referem-se a: 9 editoriais (6 editoriais de 2012 e 3 de 2013) e 10 artigos de opinião (6 de 2012 e 4 de 2013).

políticas adotadas pelo Estado, com a intenção de reparar desigualdades presentes na sociedade e garantir oportunidades iguais para o grupo que historicamente estava fora da ES, formado por pretos, pardos, indígenas e estudantes de escolas públicas; e as políticas públicas (PP), que são programas/ações voltadas a setores específicos da sociedade, ou seja, a materialização dos direitos previstos pelo Estado (Höflin, 2001, p.31).

A Constituição Federal de 1988⁴, em seu artigo 205, diz que

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo a educação um direito de todos, ela é considerada um bem público, ou seja, “um princípio, um princípio moral que sobrepõe a dignidade humana aos interesses, inclinações e circunstâncias individuais”, segundo Dias Sobrinho (2013, p.109).

Para Goergen (2013, p. 732),

[...] para que o sujeito possa se tornar cidadão, é necessário (...) que ele tenha condições de participar de todo o processo social que lhe garanta a vida digna, em termos de trabalho e emprego para sua sobrevivência em condições dignas”.

A educação é, portanto, essencial para a construção da humanidade, de uma sociedade mais justa e democrática. Assim, se ela não for acessível a todos, não contribuirá para a justiça social, já que ficará ao alcance daqueles que por ela puderem pagar.

A universidade, lugar destinado à produção de conhecimentos, é fundamental para a formação do ser crítico e emancipado. Compete a ela, segundo Goergen (2001, p.3),

[...] proporcionar aos que por ela passam uma visão ampla, globalizante e crítica da realidade para que, então, esses cidadãos possam, refletindo autonomamente, formular suas próprias hipóteses e princípios orientadores de sua prática profissional e social.

Com transformações sociais e globais e a demanda por qualificação profissional, ingressar em uma universidade se tornou cada vez mais essencial ao longo dos anos, fazendo com que se expandisse o número de instituições de ensino superior (IES) no Brasil.

⁴ Constituição Federal de 1988. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&Itemid=30192 <acesso em: 21 abr.2016>

Segundo o Censo da Educação Superior de 2014⁵, das IES brasileiras, 87,4% são privadas, e 12,6% públicas.

De acordo com Marques (2013, p.69), o período que mais se lutou pelo acesso à educação superior foi de 1945 a 1964, tendo como protagonistas os professores e alunos vinculados à União Nacional dos Estudantes. Nas décadas de 40 e 50, a expansão se deu devido à emigração do campo para os centros urbanos, já que a sociedade passava por desenvolvimento industrial. Nos anos 60, mais precisamente em 1968, com a Reforma Universitária, que, entre outras mudanças, promoveu a expansão das universidades públicas. Em 70 e 80, aumentou o número de IES privadas. Segundo Ristoff (2013, p.74), de 1999 a 2003 a houve também a proliferação das IES privadas, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O crescimento se manteve constante nos governos de Lula-Dilma, porém esteve em consonância com os programas de inclusão social. E foram esses governos que têm garantido às camadas mais desfavorecidas da sociedade o acesso à educação superior, com a criação do Programa Universidade para Todos - Prouni, o Financiamento Estudantil – Fies, ambos para a matrícula em IES privadas, e o Sistema de Cotas, sancionado em agosto de 2012 e direcionado às instituições federais de ensino, que determina que 50% das matrículas, por curso e turno, seja destinado para alunos pretos, indígenas ou estudantes carentes.

Mesmo com a implantação de todas essas ações, não é possível dizer que as desigualdades e os preconceitos foram erradicados, mas elas certamente colaboram para a melhora de vida de condições sociais daqueles que alcançam a educação superior. Dias Sobrinho (2010, p.1.238) corrobora dizendo que

“[...] elas apresentam um valor imensurável para aquele que estavam fora da universidade. Para eles que, além da vulnerabilidade econômicas, em geral chegam ao nível superior com baixos repertórios educacionais e culturais, cada ano de escolaridade pode significar ganhos salariais, aumento no padrão de consumo, elevação da autoestima e das possibilidades de alcançarem melhores posições sociais.”

Ainda que esse tema venha sendo cada vez mais discutido, ecoam ainda discursos preconceituosos que estão naturalizados há muito tempo nos indivíduos e na sociedade no geral e que, ao longo do tempo, têm se caracterizado como mito.

⁵Censo da Educação Superior:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf <Acesso em: 20 jan.2015>

Sobre cotas e cotistas: os mitos

Com o tema acesso e cotas, surgem alguns mitos, que são considerados na Análise do Discurso como formações imaginárias, ou seja, ideias que fazemos de algo, de alguém (ORLANDI, 1994, 56). Em relação às cotas, os mitos comuns são: que as cotas favorecem o racismo; que é um desprestígio mérito; que haverá da qualidade das instituições que adotam o sistema; que os cotistas não rendem tanto quanto os não cotistas, e, por fim, que o sistema não é uma medida exequível, já que, devido à miscigenação no Brasil, é difícil declarar raça. Entretanto, há de se considerar que esse grupo sempre esteve às margens da sociedade, com tratamentos desiguais, educação e empregos de baixa qualidade, o que impediria, por exemplo, que eles disputassem de igual para igual com alunos que tiveram, ao longo da vida escolar, boas oportunidades de escola, acesso à informação e um bom preparo.

Esses mitos são, a todo tempo, reforçados pela *Folha de S.Paulo* em seus editoriais e artigos, ainda que esses sejam assinados por jornalistas ou colaboradores. Pouquíssimo se fala, por exemplo, a respeito do direito à educação, a educação como um dever do Estado e previsto na Constituição, a necessidade da educação para superar essas e outras tantas desigualdades sociais, além de ser fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ou seja, enquanto alguns temas são salientados, outros ficam silenciados. E essas discussões sobre cotas, estejam elas no jornal ou no discurso dos indivíduos, “trazem, de forma implícita ou explícita, concepções de racismo e discriminação presentes na sociedade brasileira” (BITTAR e ALMEIDA, 2006, p.142).

Pergunta-se, então: como a *Folha de S.Paulo* apresenta o tema cotas? Quais discursos são recriados e como são reforçados? Será que o jornal realmente informa na intenção de minimizar desigualdades ou será que continuam a reforçá-las?

O discurso jornalístico: Teoria do agenda setting e a *Folha de S.Paulo*

A *Folha de S.Paulo*, periódico pesquisado, é um jornal de prestígio no País, cuja missão é “produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade”, para que (...) “contribua para o aprimoramento da democracia e para

a conscientização da cidadania”⁶. Seu público, observa Setton (2001, p.7), “são os segmentos mais esclarecidos da sociedade, frações da população com alto poder aquisitivo e nível de instrução superior, os chamados formadores de opinião”. E é por meios dos textos veiculados que o jornal dialoga com seu público e sociedade.

O texto pronto, como os que lemos, é o resultado, segundo Fairclough (2001, p.101), da união das “práticas sociais (políticas, ideológicas, etc.) e das práticas discursivas (os processos de produção, distribuição e consumo textual, relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares”.

Pode-se dizer que todo o texto, sendo um discurso, pertence a um contexto e a uma motivação ideológica e de uso. Assim sendo, o texto, carregado de intenções e diferentes vozes, visa persuadir um determinado público em relação a algo. Citeli (2002, p.13) defende que persuadir é também “o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o receptor”, e não apenas enganar.

Considerando a linguagem um produto socio-histórico, ela é constituída de ideologia, moldada pelo contexto e pela intenção de uso. Van Dijk (1996, p. 18) diz que “tanto o locutor quanto o ouvinte terão motivações, propósitos ou intenções ao entrarem em uma interação verbal (...)”.

Como um meio de comunicação em massa, para que haja um diálogo, o jornal busca por temas “relevantes” à sociedade, que vai consumi-los e reproduzi-los. Melo (2003, apud COSTA, 2010, p.57) diz que os veículos de comunicação “se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem”.

Essa escolha por temas “relevantes” à publicação está relacionada à teoria do *agenda setting*, desenvolvida pelos americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 70, uma hipótese “segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 2003, p.169).

A mídia, ao priorizar alguns temas, determina, de acordo com McCombs & Shaw (1972, p.176), o que é importante, com a escolha e o posicionamento dos jornalistas e da mídia, os leitores aprendem o quê/qual assunto é “relevante” e como tal deve ser pensado. Assim, a mídia atua como modificador da realidade, uma vez que exerce poder sobre a opinião pública.

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>

Para Barros Filho (2003, p.173), “fixar a agenda é fixar o calendário dos acontecimentos. É dizer o que é importante e o que não é, é chamar a atenção sobre um certo problema (...) É fixar não só o que vai ser discutido, mas por quem”.

Esse posicionamento pode ser visto nos editoriais, gênero que apresenta a “opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística (...) Sinaliza à opinião pública, pretendendo nela influir” (MELO, 2006, apud COSTA, 2010, p.64). Ao contrário do editorial, os artigos de opinião trazem a voz de um jornalista ou de um colaborador – escritor, professor, autoridades, etc. – que desenvolve e apresenta sua opinião sobre o tema. Para o jornalista, “a opinião é um dever, por ter a função de captar, em qualquer campo, aquele objeto importante sobre o qual a sociedade exige uma definição” (BELTRÃO, 1980, apud COSTA, 2010, p.56).

Com a linguagem adequada ao seu público, “os jornalistas detêm o monopólio da informação (...), têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser reconhecido, de ter acesso à notoriedade pública” (RICARDO FILHO, 2005, p.73-4).

Métodos e análises: a Análise do Discurso e os textos jornalísticos

Partindo do princípio de que a linguagem, sendo socio-histórica, não pode ser estudada sem se levar em conta a sociedade que a produz, para o entendimento, é preciso que o texto seja lido em sua totalidade, já que ele é "uma unidade complexa de significados" (ORLANDI, 1987, p.159)

Para isso, ou seja, para essa leitura total dos textos, foram utilizados conceitos e categorias analíticas da Análise do Discurso e da Análise do Discurso Crítica, disciplinas cujos focos estão na relação da linguagem com a sociedade, e não apenas na estrutura da língua.

A Análise do Discurso de linha francesa teve origem com Michel Pêcheux, na década de 60, e neste trabalho está representada por Eni Orlandi. A AD visa, a partir da análise de um texto, compreender as construções ideológicas presentes no mesmo e a relação dele com a sociedade. O foco da ADC, por sua vez, está no estudo das relações sociais permeadas pela linguagem, as relações de poder e ideologias que o engendram, para que, a partir da crítica, essas intenções sejam desnaturalizadas para que provoquem uma mudança social. Na ADC, o discurso é uma forma de prática social que age sobre a

sociedade e o mundo (RESENDE E RAMALHO, 2014, p.28); e o uso da linguagem é moldado socialmente, e não individualmente como defendem os linguísticos mais estruturalistas. Para Fairclough (2001, p.90), o discurso é “o uso de linguagem como forma de prática social”.

A escolha e aplicação desses métodos se deram devido aos discursos trazerem consigo ideologias, hegemonias e relações de poder, e pelo fato de os jornais serem difusores e reprodutores de tais discursos. O discurso tem uma relação dialética com a sociedade, já que ela constitui o discurso e é por ele também moldada.

Com base na AD e na ADC foram considerados para a análise: o vocabulário (escolhas lexicais), a produção, a distribuição e o consumo do texto; o contexto, situação em que o discurso foi produzido; a intertextualidade, que é a presença e o diálogo com outros textos e vozes; a ideologia, que estabelece as relações de poder, seus sentidos, pressuposições e metáforas; as pressuposições, que são as ideias já estabelecidas, tomadas como certas; e a hegemonia, com suas orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas que influenciam no contexto da produção.

O número de publicações também é um dado interessante: em 2012, ano em que a Lei de Cotas foi aprovada, foram publicados 11 textos, além de um caderno especial de 13 páginas sobre as cotas; e, em 2013, depois de tal aprovação, apenas 8 textos, embora utilizando os mesmos argumentos dos textos anteriores. Não houve, portanto, uma mudança discursiva nem da *Folha* e nem de seus jornalistas.

Com as análises, pôde-se perceber que: a *Folha*, mesmo se mostrando contrária às cotas, diz que seria “melhor”, então, que o único critério levado em consideração fosse o social, o que ainda favoreceria os pretos, indígenas e estudantes carentes. O sistema de cotas é visto como “um erro”, “obsessão importada dos Estados Unidos”, “ruim”, “afrenta à autonomia universitária e à meritocracia”, “uma onda avassaladora” e “medida populista e irresponsável”. Quanto aos argumentos, “a lei é uma medida e um exagero populista que têm simpatia do governo”, que “a excelência está em risco”, “que a universidade irá reproduzir os mesmos erros e ineficiências da escola pública”.

Considerações finais

A intenção de analisar o jornal, difusor e potencializador de discursos, e o texto jornalístico era a de compreender como a *Folha de S.Paulo* influencia a opinião pública, a

partir de seu ponto de vista sobre o tema. Já era sabido que a *Folha* se opõe às cotas, já que essa informação está no site do jornal, nas propagandas; objetivava-se, então, estudar como essa posição e argumentos eram construídos e sustentados nos textos.

Quanto aos argumentos usados, eles são repetitivos; o tema é abordado com ironia, além de ser pouco debatido. A ideia de que o cotista não tem rendimento favorável, que a qualidade da instituição vai diminuir, que as cotas roubam as vagas daqueles que merecem e que as cotas favorecem o preconceito e o racismo, é por vezes reforçada, ao invés de serem combatidas ou, ao menos, melhores discutidas. Se a relação discurso e sociedade é dialética, se houver crítica, reflexão, mudança discursiva, haverá mudança social e emancipação, visando à diminuição de mitos, preconceitos e desigualdades, há tempos naturalizados pelo poder e linguagem.

Se a Folha em sua missão diz ser “*plural*”, “*comprometida com o leitor*”, e se compromete realmente ao “*aprimoramento da democracia*” e à “*conscientização da cidadania*”, por que escolher apenas os mesmos temas sobre as cotas e usar os mesmos argumentos? O silêncio, ou seja, o não dizer é também dizer, já dizia Orlandi (1992) em *As formas do silêncio*.

Assim, essa seleção sobre o que falar e como falar, como o tema deve ser pensado e construído o argumento, nos remete, mais uma vez, a McCombs e Shaw e a teoria do agendamento, que, embora pensada em 1972, mostra-se cada vez mais atual.

Referências

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 141-159, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a10n28>>. Acesso em:

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 2003.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Lailton Alves da. Gêneros jornalísticos. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. (Org.) **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, São Paulo: Metodista, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: face da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010> Acesso em: 10 jan.2014

DIAS SOBRINHO, José. Educação Superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, São Paulo: RAIES; Sorocaba, São Paulo: Uniso, v.18, n.1, p.107-126, mar.2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e a mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 301 p.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 34, n. 124, p. 723-742, jul./set. 2013. Disponível em: Acesso em: 16 jan. 2014.

GOERGEN, Pedro. **Docência no ensino superior: competências e responsabilidades para com a sociedade, o aluno e a instituição**. Campinas, São 133 Paulo, 9 out. 2001. PUC Campinas. Palestra. Disponível em: Acesso em: 17 abr. 2014.

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_arttext
Acesso em: 13 dez. 2014.

INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: <
http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2013> Acesso em: 19 nov. 2014.

MARQUES, Waldemar. Oligopolização da educação superior no Brasil. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Sorocaba, São Paulo: Uniso, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/05.pdf>> Acesso em: 18 de julho de 2014.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The agenda-setting**: function of mass media. In *The Public Opinion Quarterly*, vol.36, n.32- 1972 – p.176-187 - Disponível em: Acesso em 27 de setembro de 2015.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campo do Jordão: Mantiqueira, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. 2. ed. rev. e aum. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento**. Em aberto, Brasília, ano 14, n. 61, p. 51-56, jan./mar.1994. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1943/1912> <Acesso em: 06 jan.2015>

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. S.Paulo: Contexto, 2014. 1

RICARDO FILHO, Geraldo Sabino. **A boa escola no discurso da mídia**: um exame das representações sobre educação na revista *Veja*, 1995-2001. São Paulo: Unesp, 2005, 255p.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Sorocaba, São Paulo: Uniso, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. **A mídia e o ensino superior: é possível haver um consenso?** São Paulo, 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25942/15205> <Acesso em: 17 set. 2013>

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

EDITORIAIS E ARTIGOS

Auler Júnior, José Otávio Costa. O impacto das cotas na qualidade do ensino. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/94385-o-impacto-das-cotas-na-qualidade-do-ensino.shtml>> Acesso em: 01 mar. 2013.

COR ou raça. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 de agosto de 2013. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/122055-cor-ou-raca.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015.

COTAS à paulista. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 de abril de 2012. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/80487-cotas-a-paulista.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015.

COTAS da discórdia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 de março de 2013. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/97038-cotas-da-discordia.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015.

COTA de populismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 de outubro de 2012. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/72182-cota-de-populismo.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015.

COTAS e notas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 2013. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/106527-cotas-e-notas.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

COTAS e prazos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 de junho de 2013. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/115891-cotas-e-prazos.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

COTAS raciais, um erro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 de abril de 2012. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/39477-cotas-raciais-um-erro.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

NOVO modelo de cotas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 de dezembro de 2012. Editoriais, Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1207793-editorial-novo-modelo-de-cotas.shtml>> Acesso em: 10 mar. 2013.

POPULISMO racial. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 de junho de 2012. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/54012-populismo-racial.shtml>> Acesso em 25 mar. 2015

MISSÃO Superior. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 31 de julho de 2012. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/57744-missao-superior.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

GONÇALVES, Marcos Augusto. Samba da cotista doida. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º de agosto de 2012. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/57941-samba-da-cotista-doida.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

MOTA, Vinícius. A era das leis raciais. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 de outubro de 2012. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/72097-a-era-das-leis-raciais.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

MOTA, Vinícius. Matemática do fracasso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 de janeiro de 2013. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/87411-matematica-do-fracasso.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

SCWARTSMAN, Hélio. As cotas paulistas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 de novembro. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/80303-as-cotas-paulistas.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

SCHWARTSMAN, Hélio. A medida das cotas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 2013. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/106526-a-medida-das-cotas.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

SCHWARCZ, Lilia; MACHADO, Maria Helena; MONTEIRO, John. Cotas em diálogo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 de março de 2013. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/98122-cotas-em-dialogo.shtml>> Acesso em: mar. 2013.

SCHWARTSMAN, Hélio. O lugar das cotas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 de outubro de 2012. Caderno Opinião. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/72184-o-lugar-da-cota.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015

SCHWARTSMAN, Hélio. Populismo universitário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 de agosto de 2012. Caderno Opinião. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59840-populismo-universitario.shtml>> Acesso em: 25 mar. 2015